

Resenha: Dicionário do Governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio

Laura FERRAZ BASTOS¹

MOURELLE, Thiago; LAGO, Mayra; FRAGA, André (org.). *Dicionário do Governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2023. 299 p. ISBN 978-65-5905-639-2.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. UERJ. Rio de Janeiro. RJ. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8570601433159350>
E-mail: fblaura@hotmail.com

A presente resenha visa discutir o livro *Dicionário do Governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio*, o projeto foi idealizado por pesquisadores do período com o fim de tornar a obra um instrumento de divulgação científica. Nesse sentido, o livro é um exemplo de produção de História Pública, alinhando a qualidade do conteúdo com a capacidade de divulgação. A publicação é composta por 50 capítulos, redigidos por mais de 50 autores diferentes sobre temas diversos que vão desde futebol à saúde mental dos pracinhas no pós-guerra. Essa amplitude de temas torna a obra uma referência completa para o governo Vargas.

O livro tem como público-alvo não só acadêmicos, como também a população em geral. Os autores envolvidos cumprem com esse objetivo de forma exemplar, conseguindo articular facticidade e debate historiográfico de maneira didática e acessível para além da universidade. Fica nítida a preocupação dos autores em facilitar a leitura ao público não especializado ao explicarem conceitos, termos, siglas que não são óbvios ao público leigo. Os capítulos podem ser lidos de forma individual, sem perda de compreensão sobre o assunto, uma vez que alguns aspectos são contextualizados repetidamente nos capítulos, tornando-os independentes entre si. Assim, pode ser usado tanto como consulta para temas específicos, quanto também como uma leitura generalizada sobre o período. As possibilidades de uso nas escolas também são interessantes, tanto na preparação de aulas expositivas quanto no uso como material paradidático a ser lido pelos alunos. A pluralidade de temas permitiria inclusive que os discentes escolhessem os capítulos que se conectassem com seus interesses pessoais como carnaval, literatura, futebol, entre outros.

O sumário é organizado de forma a manter em algum grau uma ordem cronológica, além de distribuir os capítulos com similaridades temáticas de maneira sequencial. Um exemplo disso é a ordem dos textos “Igreja Católica” “Periódicos católicos”, “Imprensa (1930-1937)” e “Movimentos sociorreligiosos”. Essa escolha torna a experiência de leitura da obra mais agradável e coesa.

Em geral, os autores reunidos reproduzem a mesma ideia de que a Revolução de 1930 representou uma ruptura institucional que construiu um novo projeto para a nação brasileira. Ao final de todos os capítulos, há um item denominado “saiba mais” com

indicações de referências bibliográficas para que o leitor possa se aprofundar mais no tema.

Passaremos agora a comentários pontuais sobre alguns capítulos, infelizmente não será possível abordar todos pela limitação de páginas da resenha.

Começando com a “Revolução de 1930”, Thiago Mourelle se preocupa em conceituar o termo “revolução” e justificar seu uso. De acordo com o autor, o uso da palavra nesse contexto é consagrado pela historiografia e tem o sentido de demonstrar a natureza intensa das transformações ocorridas. Neste capítulo, o autor faz uma contextualização do cenário político anterior à posse de Getúlio, além de tratar sobre as mudanças impostas pela chegada desse ao Palácio do Catete.

Em “Direito das mulheres e a proteção à maternidade” Isabelle Pires, Natália Esteves e Yasmin Bragança dão protagonismo aos movimentos feministas e trabalhadores no mérito pelas conquistas desses direitos. Durante o Governo Provisório, essas reivindicações ganharam força e o ativismo alcançou garantias como o sufrágio feminino, a licença-maternidade, os intervalos para amamentação, entre outras. As autoras deixam claro que os direitos adquiridos nesse período não são simples concessões dadas pelo governo de Vargas, mas sim fruto de pressões praticadas por um ativismo articulado com o projeto de nação que se construía.

Nos capítulos “Povos Indígenas”, “Questão racial”, “Futebol”, “Política de turismo” e “Literatura brasileira” a temática da construção de símbolos de uma identidade nacional é abordada pelos diferentes autores. Ao escrever sobre a questão indígena durante o Governo Vargas, Benedito Ribeiro traz a atuação dos grupos Galibi, Tikuna, Tembé, Palikur, Xucuru-Kariri e Terena como agentes capazes de articular, dentro das transformações institucionais impostas pelo Estado, seus interesses. Assim, o autor não trata os nativos como personagens passivos às decisões do governo, mas sim enfatiza aqueles que foram hábeis em jogar o jogo de Vargas. É esse movimento que o autor nomeia, citando Célia Xakriabá, de *práxis de resistência*. Uma abordagem semelhante é usada pelos autores Danilo Bezerra e Guilherme Faria no capítulo “Os carnavais”. Essa passagem trata do momento onde as escolas de samba ganharam espaço na nação e passaram cada vez mais a representar o carnaval brasileiro. Apesar

disso, a relação da sociedade com o samba era ambígua, ora com apoio, ora com repressão policial. É nesse contexto que sambistas buscam ascensão e legitimação social através de seu reconhecimento como agentes culturais, para isso foi relevante reproduzir o discurso do Estado através do uso de letras nacionalistas. Dentro dessa conjuntura, a Portela teve especial destaque no emprego de letras ufanistas que valorizavam a história e a natureza brasileiras, isso permitiu que o grêmio tivesse maior visibilidade. Desse modo, os autores enxergam os sambistas também como indivíduos mediadores de seus próprios interesses dentro das ações tomadas pelo governo.

O livro possui 5 capítulos que tratam diretamente sobre o trabalho durante o governo Vargas: “A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”, “O Conselho Nacional do Trabalho durante o Governo Provisório”, “O Ministério do Trabalho e o trabalhismo”, “Trabalhismo e o Partido Trabalhista Brasileiro”, “O Movimento Operário Brasileiro”². Em “O Ministério do Trabalho e o trabalhismo” as autoras Karen Nunes e Mônica Pegoraro fazem um histórico daqueles que chefiaram o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre 1930 e 1945 e o desenrolar de suas decisões na História Brasileira. Especial destaque é dado a Marcondes Filho, que ocupou o cargo de ministro entre 1941 e 1945 e foi responsável não só pela Consolidação das Leis do Trabalho, como também pela incansável divulgação de caráter pedagógico dos então novos direitos para a classe trabalhadora através do programa de rádio *Hora do Brasil*. É interessante notar como a autora Angela de Castro Gomes é frequentemente citada em vários capítulos por sua contribuição ao estudo do trabalhismo no Brasil, isso demonstra uma consonância teórica entre os trabalhos publicados.

A Segunda Guerra Mundial é tema de vários capítulos como “Educação e Patriotismo no Brasil em tempos de guerra”, “O Brasil e o cotidiano civil em tempos de guerra”, “Conflitos étnicos e relações de classe durante a Segunda Guerra Mundial” e “Saúde mental dos pracinhas no pós-guerra”. Em geral, os autores defendem que o estudo da experiência brasileira durante a guerra não pode ser limitada apenas ao campo

² Outros textos também abordam o assunto, como “Direito das mulheres e a proteção à maternidade” onde as autoras discutem ainda sobre outros direitos femininos além da esfera de trabalho e “Os Acordos de Washington e o despertar econômico da Amazônia” cujo foco está nas relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos e a extração de borracha durante a Segunda Guerra Mundial, mas também trata das condições de trabalho dos seringueiros.

de batalha, as alterações no cotidiano civil também devem ser analisadas. Marina Carvalho aborda especificamente as vivências em “O Brasil e o cotidiano civil em tempos de guerra”. A autora trata da militarização da vida civil, cita os “soldados da produção” – trabalhadores fabris comparados a combatentes - e os impactos nos costumes, alimentação e moda. No capítulo “Educação e Patriotismo no Brasil em tempos de guerra”, a autora Daviana da Silva argumenta que já estavam em andamento uma intensa formação educativa patriótica e uma política de mobilização de guerra. Isto é, ainda que o contexto tenha intensificado o discurso nacionalista, esse já era fortemente presente desde a instauração do Estado Novo em 1937. As ações realizadas pelo governo tanto na educação formal – como cartilhas patrióticas e execução do hino nacional nas escolas – quanto informal se refletiram na mentalidade dos estudantes do período, o que influenciou a mobilização estudantil durante a guerra. Em “Conflitos étnicos e relação de classe durante a Segunda Guerra Mundial”, Patrícia Alcântara trata de uma narrativa criada pelo Estado onde a conciliação entre patrões e operários seria crucial para o esforço de guerra. Assim, interesses antagônicos deveriam ser suprimidos pelo bem maior e a unidade do povo brasileiro deveria prevalecer. Para isso, foi útil delimitar inimigos internos a serem combatidos pela população - espiões e súditos do eixo. Enquanto a cultura nacional era cada vez mais valorizada, estrangeiros e seus descendentes se tornaram alvo de desconfiança e eram perseguidos.

Os capítulos “O pensamento autoritário brasileiro”, “O Judiciário e a repressão política (1934-1937)”, “Cultura jurídico-penal no Estado Novo”, “Os departamentos de propaganda e censura”, “Corporativismo e Estado Corporativo” e “A atuação das polícias políticas” enfocam no aspecto autoritário do governo Vargas. No primeiro destes capítulos, Luis Rosenfield e Anna Coelho veem a origem do autoritarismo brasileiro no período colonial, traçando uma continuidade até o século XX. Nas décadas de 1930 e 1940 esse pensamento se expande e ganha maior visibilidade. Ideias antidemocráticas e antiliberais se tornam amplamente difundidas tanto em âmbito institucional quanto na imprensa, um *autoritarismo doutrinário*. O governo Vargas se utilizava de uma rede de intelectuais que defendiam um Estado forte e centralizado nas mãos do chefe do executivo, sendo esse o próprio Getúlio. Francisco Campos Góes Monteiro, Gustavo Barroso, Miguel Reale e Oliveira Vianna são nomes importantes

para entender as bases ideológicas do regime. No capítulo “O Judiciário e a repressão política (1934-1937)”, Raphael Marques faz uma análise das decisões judiciais de crimes políticos e da organização do judiciário durante o governo provisório. Além disso, também faz um exercício de reflexão metodológica útil àqueles que se interessam em pesquisar questões jurídicas.

O assunto das relações internacionais é abordado nos capítulos “O Brasil e a América do Sul”, “Diplomacia Cultural”, “Desafios da relação Brasil-Estados Unidos nos anos 1950” e “Os Acordos de Washington e o despertar econômico da Amazônia”. No primeiro, Rafael Gomes examina características da diplomacia brasileira na América Latina no governo Vargas. Dois pontos marcantes na política adotada pelo Estado eram a rivalidade com a Argentina - então maior potência do Cone Sul - pela zona de influência e o anticomunismo - monitorando e perseguindo a atuação de comunistas brasileiros para além das fronteiras.

Por fim, os capítulos “Os partidos políticos na democratização do país”, “Contexto político de 1945 a 1950”, “A campanha eleitoral de 1950”, “Desafios na relação Brasil-Estados Unidos nos anos 1950”, “Crise e os últimos momentos de Vargas” e “A repercussão da morte do presidente” tratam de questões políticas do pós 1945 até o fim do regime Vargas.

Getúlio Vargas foi uma das figuras mais importantes para a História Política brasileira e as decisões tomadas durante seu governo tiveram grande influência nos rumos que o país tomaria nas décadas seguintes. Ao final da obra, o leitor deve ter adquirido uma compreensão muito superior sobre o período que se propôs a estudar, com uma grande amplitude de temas.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution - Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 14/03/2025
Aprovado em: 17/05/2025